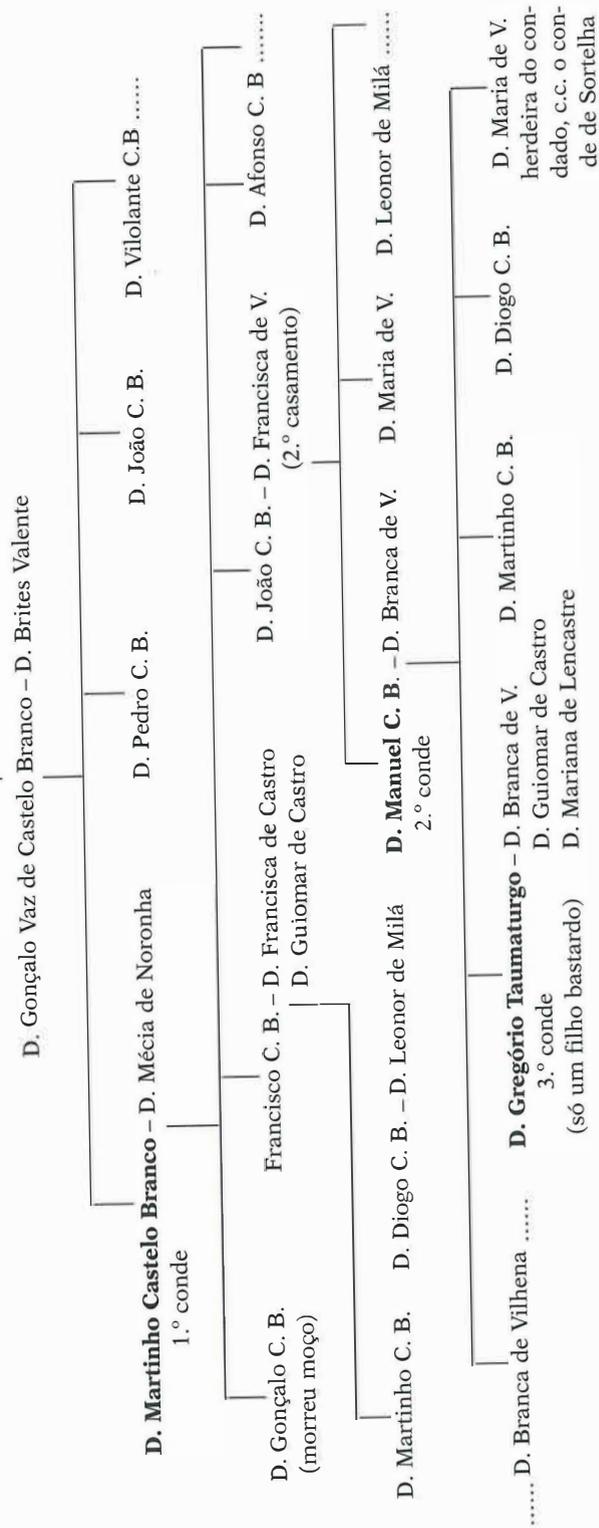


Genealogia de D. Martinho Castelo Branco

Nuno Vaz de Castelo Branco – Catarina Peçanha
(Esteve com D. João I em Ceuta)



C. – Castelo
B. – Branco
Bar. – Barreto
V. – Vilhena

DIOGO DA SILVA DE MENESES E A POLÍTICA RÉGIA ULTRAMARINA

SILVINA SILVÉRIO
MARISA PIRES MARQUES
CHAM

Introdução

Diogo da Silva de Meneses nasceu no seio de uma linhagem antiga em Portugal, com importantes ramos de parentesco em Castela, que prosperou graças ao destaque conseguido por alguns dos seus membros, particularmente durante o conturbado período que precedeu a entronização de D. João, mestre de Avis.

A partir do século XIV acentuou-se o desdobramento da linhagem original em vários ramos, que procuraram consolidar o seu estatuto social através de uma política de casamentos bem orientada e selectiva, centralizada em casas nobres detentoras de senhorios vizinhos ou que estavam em ascensão na corte. Frequentemente estes matrimónios realizavam-se também entre parentes mais ou menos próximos.

Pretendendo este estudo conhecer a participação e envolvimento pessoal da grande nobreza nos descobrimentos portugueses, destaca-se Diogo da Silva de Meneses como um exemplo em que a proximidade com a Coroa permitiu o acesso à política régia naquela área, sobretudo com a subida ao trono de D. João II, que o nomeou seu conselheiro e lhe atribuiu um cargo de confiança, o de aio do jovem duque de Beja, irmão da rainha.

Conforme verificámos, as crónicas e as fontes documentais sugerem também que Diogo da Silva de Meneses foi um dos principais intervenientes indirectos no processo da expansão ultramarina portuguesa entre finais do século XV e inícios da centúria seguinte. D. Manuel I expressou-lhe amplamente a sua gratidão através de inúmeras doações, dando-lhe o título condal e outros senhorios.

Além do 1.º conde de Portalegre, pretendemos igualmente nomear outros membros da sua família directa que tenham participado nos empreendimentos régios africano, atlântico e asiático, entre o último quartel de Quatrocentos e o final do reinado do «Felicíssimo».

A génese do condado de Portalegre

Pertencendo, a uma antiga linhagem, com ramos em ambos os reinos Ibéricos, Diogo da Silva de Meneses foi o terceiro filho de Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Duarte e conselheiro de D. Afonso V, alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela¹, e de D. Isabel de Meneses, filha bastarda do conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses, tendo o matrimónio sido realizado em Novembro de 1422².

D. Isabel de Meneses tinha uma irmã com o mesmo nome³, esposa de D. Fernando de Cascais, falecido em 1441; o casal juntamente com o pai deste, D. Afonso de Cascais partira para Castela no ano anterior com a rainha D. Leonor. Uma vez viúva D. Isabel de Meneses efectuou um segundo matrimónio, desta feita com João Freire de Andrade, em 1443⁴, tendo sido então desapossada dos seus bens pelo infante D. Pedro que os entregou ao cunhado, Rui Gomes da Silva⁵.

¹ Rui Gomes da Silva apresentou a D. Afonso V duas cartas, a primeira de D. João I, datada de Maio de 1427, a segunda de D. Duarte, de 1432, em que consta como cavaleiro da sua casa, com tença anual no valor de 1 conto e 500.000 libras, provenientes das rendas e direitos de Campo Maior e do almoxarifado de Estremoz, para além da promessa de 1.500 coroas pelo seu casamento (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 63). No entanto, só em finais de 1445 D. Afonso V doava «para sempre» a Rui Gomes da Silva, do seu conselho, os bens móveis e de raiz localizados na comarca de Entre-Tejo e Guadiana pertencentes a D. Isabel de Meneses, sua esposa (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 7v e 8). Igualmente, verificámos que D. Afonso V, lhe faz mercê, a 17 de Dezembro de 1449, do lugar de Ouguela, com todas as suas rendas e direitos e, no dia seguinte outorga-lhe a alcaidaria mor de Campo Maior, confirmando a doação de D. Duarte, datada de finais de Dezembro de 1435 (Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fls. 27v e 28).

² Rui Gomes da Silva serviu em Ceuta com D. Pedro de Meneses, seu futuro sogro, tendo sido armado cavaleiro nessa praça norte africana em 1426, tendo regressado ao reino no ano seguinte (cf. *Brasões*, II, p. 18).

³ D. Isabel de Meneses era filha do terceiro casamento do conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses com D. Brites Coutinho, filha de Fernão Martins Coutinho e sobrinha do marechal, Gonçalo Vaz Coutinho, enquanto a sua irmã, mãe de Diogo da Silva de Meneses, provém de uma ligação anterior do pai de ambas (cf. *Nobiliário*, VI, p. 695; *Pedatura*, tomo II, vol. 2, pp. 374-375).

⁴ No entanto, logo em Abril de 1444 foi concedida carta de perdão a João Freire de Andrade, desde que cumprisse 7 anos de serviços em Ceuta, tendo obtido nessa praça uma carta de privilégios para Alcoutim, vila de que foi alcaide mor, datada de 7 de Outubro de 1458 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 24, fl. 59v).

⁵ IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 7v; *Brasões*, I, pp. 529-530. Refira-se que deste matrimónio com D. Fernando de Cascais, nasceu D. Afonso de Vasconcelos, que veio posteriormente a ser o 1.º conde de Penela (1471-1480), que era, portanto, meio-irmão de Diogo da Silva de Meneses. Sobre a nobreza titular nos séculos XV e XVI vide os textos de Humberto Barquero Moreno, «A Nobreza Portuguesa do Século XV nos Primórdios da Expansão Ultramarina», in *A Viagem de Bartolomeu Dias e a Problemática dos Descobrimientos*, Actas do Seminário, org. Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, Ponta Delgada, 1988, pp. 19-35; Mafalda Soares da Cunha, «A Nobreza Portuguesa no início do Século XV: Renovação e continuidade», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2, 1996, pp. 219-252; Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmins Rodrigues, «Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza – A titulação na

Tal como a grande maioria dos filhos segundos das famílias fidalgas, Diogo da Silva de Meneses ingressou na sua juventude numa carreira de armas, beneficiando dos laços de parentesco e estatuto social dos familiares mais próximos. Entre estes destacavam-se o seu avô materno, D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real (1424-1433) e capitão em Ceuta (1415-1437), a quem sucedeu D. Fernando de Noronha, esposo de D. Beatriz, filha legítima e herdeira do referido condado que legou ao marido, assim como a capitania daquela praça norte africana, exercida entre 1438 e 1445⁶.

Embora por via bastarda, Diogo da Silva de Meneses era primo co-irmão do 3.º conde de Vila Real, também chamado D. Pedro de Meneses, que era por sua vez primo do rei D. Duarte, e bisneto de D. Fernando e, tal como o avô materno e o pai, ocupou o cargo de capitão de Ceuta, nos anos de 1461-62 e 1463-64.

Na linhagem bastarda do 1.º conde de Portalegre, destaca-se ainda D. Duarte de Meneses, seu tio, alcaide-mor de Beja, que foi alferes-mor de D. Duarte e de D. Afonso V, tendo sido também o 1.º capitão de Alcácer-Ceguer e, mais tarde, conde de Viana. Entre os seus filhos refiram-se D. Henrique de Meneses, 1.º conde de Loulé, capitão naquela praça africana e em Arzila, tendo perecido a combater os mouros em 1480, e D. João da Silva, 1.º conde de Tarouca (1499-1522) e capitão de Tanger, ambos primos co-irmãos de Diogo da Silva de Meneses.

O irmão mais velho do futuro conde de Portalegre, Afonso Teles de Meneses, conselheiro régio⁷, herdou o senhorio paterno e consorciou uma das filhas, D. Isabel de Meneses, com um irmão de leite de D. Manuel I, D. João Manuel, filho de D. Justa Rodrigues, que o rei posteriormente nomeou seu camareiro-mor; a descendência restante não fez casamentos de tão grande valia, sendo aliás neste ramo dos Silvas que encontramos os familiares mais chegados a Diogo da Silva de Meneses a embarcarem para a Índia. Sua irmã, D. Maria de Menezes, dama da rainha D. Leonor, esposa de D. Duarte, casou em 1461⁸, com Gil de Magalhães, criado do marquês de Valença, e outro irmão, Pedro Gomes da Silva, consorciou-se com D. Maria Falcão, filha de Rui de Abreu, alcaide mor de Elvas, e mordomo mor da referida rainha⁹.

2.ª dinastia», in *Revista de História Económica e Social*, dir. Vitorino Magalhães Godinho, n.º 22, Jan-Abri., 1988, pp. 77-114.

⁶ Conferir sobre este assunto o artigo de Madalena Ribeiro «O conde D. Henrique de Meneses, capitão de Alcácer-Ceguer e Arzila» in *A Nobreza e a Expansão – Estudos biográficos*, coord. João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, 2000, pp. 144-158, e o estudo neste mesmo volume de André Pinto de Sousa Dias Teixeira.

⁷ Referido como tal a 20 de Fevereiro de 1473, no documento em que D. Afonso V autoriza o primogénito, Luís Gonçalves da Silva, a herdar a alcaidaria mor por morte do pai (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 113 v).

⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 9 v; *Nobiliário*, IX, p. 384.

⁹ IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 146; *Nobiliário*, IX, p. 386.

Os casamentos realizados pela prole de Diogo da Silva de Meneses, denotam a aproximação realizada entre as várias casas nobres na transição entre os séculos XV e XVI, revelando a diferença de estatuto social a que ascendeu a linhagem do condado de Portalegre. Através das suas filhas estabeleceu relações de parentesco com Castros, Meneses, Noronhas e Câmaras. Em 1502, realizou-se o matrimónio de D. Joana da Silva com D. António de Noronha, irmão do 2.º marquês de Vila Real, que recebeu integrado no dote o ofício de escrivão da puridade, prometido pelo rei a D. Miguel da Silva, secundogénito do conde de Portalegre¹⁰; D. Joana de Ayala consorciou-se com D. Pedro de Castro, 3.º conde de Monsanto (1528-1529) e D. Francisca, sua irmã, com João Gonçalo da Câmara, 4.º capitão do Funchal¹¹.

O primogénito e 2.º conde de Portalegre, D. João da Silva, casou em Julho de 1505 com D. Maria Manuel, irmã de D. Rodrigo de Melo, 1.º conde de Tentugal. A 28 de Julho de 1506, o rei dispensava a condessa viúva do pagamento do disposto no contrato de casamento do filho, por «... ho se nam poder auer pela fazenda do dicto comde como no dicto contracto se contem nos ho seguramos e nos obrigamos a ello ...»¹². Em finais de Dezembro desse mesmo ano, D. Manuel I confirmou-lhe grande parte das doações feitas a seu pai, o 1.º conde de Portalegre¹³. Desde 1502, D. João da Silva desempenhou as funções de mordomo mor do príncipe D. João, cargo que continuou a exercer por nomeação régia, datada de 1 de Janeiro de 1522¹⁴, e durante o reinado de D. Sebastião, até à sua morte no Outono de 1579¹⁵.

Destaca-se o percurso do segundo filho de Diogo da Silva de Meneses, D. Miguel da Silva, nascido por volta de 1480, tanto no plano diplomático como no cultural. Destinado a uma carreira eclesiástica, estudou na Universidade de Paris e em Itália tendo seguidamente regressado a Portugal, onde foi nomeado escrivão da puridade do recém nascido príncipe D. João. Conforme referimos, esse cargo foi seguidamente negociado, nos termos do casamento do irmão, em 1505¹⁶.

¹⁰ D. Miguel da Silva recebeu em compensação 600.000 reais e o mesmo cargo ao serviço do príncipe D. João e, em Abril de 1525 desempenharia para este monarca o mesmo ofício (cf. *Brasões*, II, p. 25).

¹¹ Cf. *Livro de Linhagens*, p. 120.

¹² IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 8 e liv. 38 fl. 9v; ainda liv. 5, *Místicos*, fl. 51v.

¹³ Entre os documentos mais significativos destacamos a confirmação do título de conde de Portalegre (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 39, fls. 1), e várias doações, nomeadamente as da lezíria e reguengo da Valada, termo de Tomar (IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 39 fls. 2 e 5), da alcaidaria mor de Almada (IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 39, fl. 3), do senhorio de Celorico, Gouveia e S. Romão (IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 39, fl. 4v), e da dízima do pescado de S. João da Foz de Matosinhos (IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 39, fl. 4).

¹⁴ IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 39, fl. 1.

¹⁵ *Brasões*, II, pp. 27-28.

¹⁶ Aquando do casamento de D. João da Silva, D. Miguel cedeu o seu cargo de escrivão da puridade do príncipe D. João, para ao qual fora nomeado em 1502 ao mesmo tempo que

Em 1514 partiu como embaixador¹⁷ de D. Manuel I ao concílio de Latrão, tendo permanecido em Roma, com as mesmas funções, durante os pontificados de Leão X, Adriano VI e Clemente VII¹⁸. Este último quis nomeá-lo cardeal, suscitando a oposição de D. João III que o mandou regressar ao reino, onde chegou em 1525, tendo sido então reconduzido no cargo de escrivão da puridade e nomeado bispo de Viseu.

Imbuído dos valores humanistas e renascentistas e antagonizado pela corte, D. Miguel da Silva retirou-se para Viseu, onde mandou construir, no Fontelo, tal como na sua propriedade de S. João da Foz, edifícios e jardins de influência italiana¹⁹. Finalmente, viu-se forçado a fugir para Itália, onde não só recebeu a purpura cardinalícia (1540), como esteve quase a ser eleito papa (1550), propósito inviabilizado por D. João III, que, em carta datada de 23 de Janeiro de 1542, desapossara D. Miguel da Silva de bens e naturalidade²⁰. Morreu exilado em Roma a 5 de Junho de 1556²¹.

Diogo da Silva de Meneses e D. Afonso V (1432-1481)

Não se conhece a data de nascimento do 1.º conde de Portalegre, embora a possamos situar na segunda ou terceira décadas de Quatrocentos. Sabemos que participou na batalha de Alfarrobeira (1449), ao lado de seu pai, Rui Gomes da Silva que combateu pelas hostes régias.

Cedo ingressou numa carreira das armas ao serviço de D. Afonso V, Diogo da Silva de Meneses surge, em meados do século XV, ligado à casa do Infante D. Fernando, tendo embarcado por ordem sua, no principio da década de sessenta, como capitão-mor de «... uma grande frota ...», enviada às Ilhas Canárias, onde terá conquistado duas fortalezas antes de ter sido «...mandado cessar as suas iniciativas...»²².

seu irmão recebia o de mordomo mor, recebendo 800.000 reais de compensação (cf. *Brasões*, II, p. 27; IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte III, maço 2 doc. 26).

¹⁷ Refiram-se, entre outros documentos, uma carta de D. João III, de Julho de 1524, enviada a D. Miguel da Silva, «... do seu conselho e seu embaixador ...» onde o rei solicita dispensa para poder casar com D. Catarina (cf. *GTT*, vol. III, p. 187).

¹⁸ O primeiro e o último eram da família Médici, e a corte papal revestia-se de valores próprios da cultura renascentista, onde D. Miguel da Silva convive com Ticiano, é amigo pessoal de Rafael, frequentando as casas dos Médici e dos Farnese. Baltasar Castiglione dedicar-lhe-ia posteriormente o «Libro del Cortegiano» (1528).

¹⁹ Acerca da influência cultural do bispo de Viseu vide: *História de Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, vol. II, Lisboa, 1995, Circulo dos Leitores, pp. 332-341.

²⁰ Existe a possibilidade de D. João III pretender a purpura de cardeal exclusivamente para seus irmãos, os infantes D. Afonso e D. Henrique, que mostravam franca hostilidade por D. Miguel da Silva (cf. *Brasões*, II, p. 26; *História de Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, vol. II, Lisboa, 1995, Circulo dos Leitores, pp. 332-333).

²¹ Consultar sobre o desempenho diplomático de D. Miguel da Silva, a obra de Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, tomo III, parte II, pp. 908-931.

²² IAN/TT, Liv. 1 *Místicos*, fl. 93 v.º.

A permanência de Diogo da Silva de Meneses nas Canárias durou aproximadamente 3 anos, até que D. Fernando e D. Afonso V ordenaram o seu regresso, desistindo da conquista do arquipélago ao serem confrontados com os documentos justificativos dos direitos de posse do fidalgo castelhano Fernão Peraça, que veio a Portugal propositadamente para se queixar das pretensões lusas.

Ao regressar ao Reino, em 1463, Diogo da Silva de Meneses trouxe consigo D. Maria de Ayala, com quem casara entretanto. Esta dama era filha de Diogo de Ayala e de Inês de Peraça e neta do senhor das Ilhas Canárias²³, e trouxe por dote quatro duodécimos das rendas de Forte Ventura e Lançarote, que ascendiam ao montante de 300.000 reais anuais²⁴.

No entanto, a estadia em Portugal foi breve pois, em 1464, o futuro conde de Portalegre embarcou para o Norte de África, onde participou no assalto a Tânger, fazendo parte dos efectivos comandados por D. Fernando, aí tendo sido aprisionado com Fernão da Silva, seu primo e estribeiro mor de D. Afonso V²⁵. Foram ambos resgatados posteriormente pelo primo do primeiro, D. Pedro de Meneses, então conde de Vila Real e mais tarde 1.º marquês do mesmo título²⁶.

Diogo da Silva de Meneses também terá estado entre os nobres que D. Fernando liderou na conquista de Anafé (Norte de África – 1469)²⁷, no que constituiu a última investida guerreira do herdeiro do infante D. Henrique, que viria a falecer no ano seguinte, em Setúbal²⁸.

Durante a década de setenta, Diogo da Silva de Meneses participou na defesa da fronteira portuguesa contra os ataques castelhanos e no conflito entre os dois reinos ibéricos causado pelas pretensões de D. Afonso V à Coroa vizinha. O desempenho bélico do futuro conde de Portalegre nos confrontos com Castela de 1475-76²⁹, veio a ser referido pelo duque D. Manuel, em documentos datados de 1489, de forma elogiosa, destacando a fidelidade e bravura com que Diogo da Silva de Meneses defendeu os interesses da Coroa.

²³ *Décadas*, I, i, 12.

²⁴ As famílias Silva e Ayala tinham-se ligado anteriormente através do casamento entre Gomes Pais da Silva, alcaide-mor de Guimarães e D. Constança Gil Ayala, tendo sido, segundo Cristóvão Alão de Moraes, o terceiro casamento deste bisavô de Diogo da Silva de Meneses, que, tal como os anteriores, também produziu descendência (cf. *Pedatura*, tomo II, vol. 2, pp. 143-144; *Nobiliário*, IX, p. 384).

²⁵ «...dos cativos principaes que aos cubellos se recolheram e preitijaram com os mouros, foy Dom Fernando Coutynho Marichal, Fernam Telles, Ruy Lopes Coutinho, Joam Falcam, e Diogo da Sylva, que despois foy Conde de Portallegre, Garcia de Melo e Dom Alvaro de Lyma Fylho do Bisconde Dom Lionel de Lima e outros muitos.» (cf. Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, Cap. CLIII).

²⁶ Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, Cap. CLIII.

²⁷ Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, Cap. CLX.

²⁸ Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, Cap. CLXI.

²⁹ Para além de Diogo da Silva de Meneses, estiveram presentes na batalha de Toro seu irmão, Fernão Gomes da Silva, a quem D. Afonso V concedeu, pelos serviços prestados, senhorios em Castela e, mais tarde, a alcaidaria mor de Alter do Chão (cf. *Nobiliário*, IX, p. 386).

A paz com os Reis Católicos veio finalmente a ser firmada no final da referida década, resultando no tratado de Alcáçovas-Toledo. Este pressunha a entrega de D. Diogo, duque de Viseu a um representante de Isabel, a Católica, no término de 1480. No entanto, D. Beatriz, viúva de D. Fernando, logrou as expectativas da Coroa castelhana ao informar que D. Diogo se encontrava enfermo, portanto incapaz de viajar. Durante as subsequentes negociações D. Manuel, como herdeiro do duque de Viseu, seu irmão, foi escolhido para o substituir temporariamente, tendo sido assinada a acta de entrega dos respectivos infantes (D. Isabel e D. Afonso), a 11 de Janeiro de 1481, em Moura, na presença do duque de Bragança, e seus irmãos, o conde de Faro e D. Álvaro³⁰.

Note-se que já então Diogo da Silva de Meneses acompanhava D. Manuel na condição de seu aio, cargo para o qual foi nomeado por D. João II, sendo notória para o rei a importância desta tutoria. Assim, junto a este filho de D. Fernando, encontrava-se um dos nobres da sua casa, e um dos «... pryncipaes manteedores e seguradores das ditas terçarias ...»³¹. É pois neste contexto que Rui de Pina traça um perfil elucidativo do «Ayo ... Diego da Silva de Meneses, [qye despois foy Conde de Portalegre], homem por certo de nobre sangue, prudente, de bõ siso e são conselho, catolico verdadeiro, e bõ Caualeiro»³².

Diogo da Silva de Meneses e D. João II (1481-1495)

A ausência de referências a Diogo da Silva de Meneses durante os primeiros anos de reinado de D. João II, sugere que acompanhava permanentemente D. Manuel. Rui de Pina refere que, em 1484, aquando da morte de D. Diogo, duque de Viseu, às mãos do cunhado, D. João II os mandou chamar de imediato a Setúbal, onde D. Manuel recebeu o ducado de Beja, acrescido, nesse mesmo ano, do mestrado da Ordem de Cristo.

Em 1485, Diogo da Silva de Meneses, foi também nomeado para o conselho de D. João II, tendo-lhe o monarca atribuído a «tença anual de 50.000 reais»³³, novo cargo que acumulou com os anteriores e, em Setembro desse mesmo ano, o jovem duque de Beja, com o acordo régio, fez-lhe também mercê de uma tença anual, para a sua vida, de 142.050 reais, num documento em que se lhe refere como seu «...vedor e escrivão da puridade...»³⁴.

³⁰ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. xxi pp. 25-26; Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, I, V, p. 13.

³¹ Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CCVI, p. 870.

³² Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, cap. XIV p. 924.

³³ IAN/TT, liv. 1 *Místicos*, fl. 75 v.

³⁴ IAN/TT, liv. 1, *Místicos*, fl. 76.

A 17 de Maio de 1486, a Infanta D. Beatriz, doava-lhe, com o aval do rei, a alcaidaria-mór de Almada, pelos serviços prestados, na administração do património de D. Manuel, «... conhecendo eu [D. Beatriz] grande obrigação que tenho de fazer merçee naquello que bom possa a dieguo de silva de Meneses ... aio do senhor duque meu filho e governador da sua casa ... prouve por fazer merçee ao dito dieguo de silva ... a alcaidaria mor de almada... »³⁵.

Relata Garcia de Resende que Diogo da Silva de Meneses, «... ayo do Duque que depois foy conde de Portalegre ...», integrava, em Agosto de 1489, as forças enviadas por D. João II a socorrer a fortaleza em Larache, e que participou nas negociações com o rei de Fez, conjuntamente com Rui de Sousa e D. Afonso de Monroi, mestre de Alcântara, «... todos do seu conselho e homens de muyta auctoridade muy esforçados, de muyto bom saber, e de que muyto confiava [o rei] »³⁶.

Nos anos seguintes outras mercês foram atribuídas. Destinadas a recompensar a dedicação de Diogo da Silva de Meneses, destaca-se em 1491, nova tença, outorgada pelo duque de Beja, no valor de «200.000 reais³⁷, e a doação das vilas de Celorico da Beira e Gouveia, com todas as suas rendas, senhorio e jurisdição, com o consentimento de D. João II³⁸.

O património e o prestígio de Diogo da Silva de Meneses consolidavam a sua posição entre os maiores do Reino. Garcia de Resende destaca-o particularmente, como um dos grandes da nobreza portuguesa, ao relatar os esponsais entre o príncipe D. Afonso e a infanta D. Isabel de Castela, realizados na cidade de Évora em 1490, onde «... muytos velhos, e velhas honradas com o sobejo prazer foram juntos cantar, e bailar diante del Rey, e a Rainha, cousa de que suas idades os bem escusauam. Nos quaes entrou Ruy de Sousa, e Diogo da Sylva, que depois foy Conde de Portalegre, homens já de dias, e de muyta autoridade ...»³⁹.

Este casamento que representava a consolidação da paz ibérica, foi amplamente festejado⁴⁰, mas a morte do príncipe D. Afonso, herdeiro legi-

³⁵ IAN/TT, liv. 1, *Místicos*, fl. 73 v.º. Esta alcaidaria, que pertencia à infanta D. Beatriz por morte do comendador de Almada, Gil Vasquez de Altero e do respectivo alcaide, Vasco de Almada, foi de imediato negociado com a viúva deste em nome do filho, Álvaro de Almada, pela soma de 10.000 reais de tença. Esta transação foi autorizada por D. Beatriz porque tanto ela como o duque de Beja, seu filho consideravam que «prouve por fazer merçee ao dito Dioguo da Silva». D. Manuel emitiu posteriormente (17 de Maio de 1486) um documento que garantia que o direito sobre a alcaidaria-mor de Almada seria hereditário e, mais tarde (13 de Março de 1498), confirmaria ambos os documentos.

³⁶ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. LXXXII, p. 126.

³⁷ IAN/TT, Liv. 1 *Místicos*, fl. 75 v.º. As referidas tenças foram confirmadas a 13 de Março de 1498 por D. Manuel I (cf. IAN/TT, Liv. 1, *Místicos*, fls. 73 v e 75 v).

³⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 31, fl. 9; Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*, I, xiiii, pp. 34-35.

³⁹ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. CXV, p. 153.

⁴⁰ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, caps. CXIII e CXV, pp. 150 a 154.

timo do trono, sete meses mais tarde em Santarém, originou um conflito sucessório que separou o casal real português⁴¹.

Sem outros herdeiros directos, D. João II tentou a partir de então colocar na linha sucessória o seu filho ilegítimo, D. Jorge, que fizera mestre de Santiago e de Avis em 1492⁴², encontrando determinada oposição por parte da rainha. Em 1494, o rei enviou a Roma D. Pedro da Silva, comendador de Avis, para na corte papal, tratar da legitimação de D. Jorge, a qual não foi conseguida por acção dos embaixadores dos Reis Católicos e pelo cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa⁴³.

Neste contexto, Diogo da Silva de Meneses escolheu apoiar o partido da rainha e do duque de Beja, herdeiro legítimo da Coroa. Aquando da morte de D. João II, encontrava-se com D. Manuel I, com a rainha D. Leonor e D. Beatriz, mãe de ambos, em Alcácer do Sal, aguardando o desfecho esperado para a doença do rei, que se agravara nos últimos anos⁴⁴.

Diogo da Silva de Meneses poderia acreditar então que a protecção divina colocara D. Manuel I no trono, quando apenas alguns anos antes essa hipótese era meramente teórica e pouco credível. Por outro lado, professava na família do conde de Portalegre uma arreigada fé nos ideais franciscanos, destacando-se o percurso de dois dos seus irmãos, D. Beatriz da Silva, que fundou um mosteiro em Castela, tendo sido posteriormente canonizada e João de Meneses da Silva, que ficou conhecido como frei Amador, tendo professado na Ordem de S. Francisco, e fundado um convento em Milão, em 1460⁴⁵, onde desenvolveu uma obra de teor messiânico que propunha a

⁴¹ D. João II tivera de Ana de Mendonça este filho ilegítimo, D. Jorge, que foi criado em Aveiro pela irmã do rei, D. Joana. Integrado na corte após a morte da tia, foi recebido em Évora em meados de Junho de 1490, acompanhado pelo bispo do Porto, D. João de Azevedo (cf. Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, CXIII, pp. 148 e 149).

⁴² Sobre o filho ilegítimo de D. João II leia-se o texto de marquês de Abrantes, «O Senhor D. Jorge» in *Oceanos*, n.º 4, Lisboa, 1990, pp. 82-92.

⁴³ O cardeal Alpedrinha era um dos mais acérrimos opositores a D. João II e os Reis Católicos condicionaram mesmo a assinatura do tratado de Tordesilhas ao reconhecimento de D. Manuel como herdeiro legítimo à Coroa portuguesa; outras razões podem ainda ter pesado na decisão de D. João II, referidas na obra de Jean Aubin, «D. João II devant sa succession» in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 28, Paris, 1990.

⁴⁴ D. João II partiu para o Algarve em Outubro de 1495, onde veio a falecer, tendo sido o seu camareiro-mor, Aires da Silva, um parente afastado de Diogo da Silva de Meneses, a deslocar-se a Alcácer do Sal para dar a notícia à rainha e respectivos acompanhantes (cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. CXV, p. 153 e caps. CXIII e CXV, pp. 150 a 154). Mais tarde, Aires da Silva foi um dos que transportou a ataúde de D. João II para o mosteiro da Batalha, juntamente com Diogo da Silva de Meneses, o duque de Bragança e seu irmão D. Álvaro, o marquês de Vila Real, os condes de Marialva, Penela e Abrantes e Fernão de Albuquerque (cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, pp. 292-293).

⁴⁵ Depois de ter sido dama da rainha D. Isabel, esposa de D. João II de Castela, para onde foi em 1447, fundou o convento das religiosas da Conceição de Maria, em Toledo, em 1484 (cf. *Nobiliário*, IX, p. 385; *Brasões*, II, p. 20). Conferir ainda sobre a crença franciscana na família de Diogo da Silva de Meneses o texto de Luís Filipe F. R. Thomaz, «L'Idée imperiale Manueline»,

preponderância de um imperador providencial sobre um poder papal que se revelava mais mundano. Estes conceitos estarão implícitos no projecto imperial manuelino⁴⁶.

A planeada união entre os dois reinos peninsulares, só viria a ser retomada em 1497, quando D. Manuel I propôs casamento à infanta D. Isabel, viúva do primo, sendo provável que Diogo da Silva de Meneses tenha participado nos contactos diplomáticos então realizados, conforme veremos posteriormente.

Diogo da Silva de Meneses e D. Manuel I (1495-1504)

Assim que subiu ao trono D. Manuel I confirmou todas as mercês feitas anteriormente a Diogo da Silva de Meneses⁴⁷, e acrescentou ao seu já amplo património outras importantes doações reveladoras da gratidão régia, mantendo-o no desempenho de funções semelhantes às que detivera na casa ducal, pelo menos, até 1496⁴⁸.

Verificámos portanto existir uma longa série documental, emitida durante esses primeiros anos de reinado do «Felicíssimo», assinada pelo futuro conde de Portalegre, que foi interrompida subitamente no início de 1497, sensivelmente na altura correspondente ao envio a Castela de D. Álvaro⁴⁹ e de D. João Manuel⁵⁰, numa embaixada destinada a negociar o casamento do rei com a viúva do príncipe D. Afonso⁵¹.

in *La Decouverte de Portugal et l'Europe*, Actes du Colloque, (Paris 1988), Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, Paris, 1990, pp. 35-103. Felgueiras Gayo chama João Afonso a este último irmão de Diogo da Silva de Meneses (cf. *Nobiliário*, IX, p. 384; *Brasões*, II, pp. 19-20).

⁴⁶ Sobre este assunto vide Luís Filipe F. R. Thomaz, «L'Idée imperiale Manueline», in *La Decouverte de Portugal et l'Europe*, Actes du Colloque, (Paris 1988), Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, Paris, 1990, pp. 35-103.

⁴⁷ Datam praticamente todas de 13 de Março de 1498.

⁴⁸ 64 documentos emitidos neste período de tempo confirmam os ofícios referidos anteriormente, sendo os textos finalizados por variantes da seguinte frase: «El rei o mandou fazer por Diogo da Silva de Meneses [sempre] do seu conselho e seu escrivão da puridade e vedor da sua fazenda [ocasionalmente e alternando]».

⁴⁹ D. Álvaro exilara-se em Castela, em 1483, tendo sido condenado à morte por D. João II que lhe confiscou os bens. Assim que subiu ao trono D. Manuel I, seu sobrinho escreveu-lhe pedindo que voltasse ao reino, onde lhe devolveu e acrescentou o património, tornando-se um dos confidentes do rei (cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel I*, cap. XIII). Graças às suas relações com Castela, onde foi protegido pelos Reis Católicos, era o nobre adequado para tratar do casamento régio (vide neste volume o artigo de João Paulo Oliveira e Costa).

⁵⁰ Como vimos, D. João Manuel era irmão de leite de D. Manuel I e, depois da sua subida ao trono, seu camareiro mor, pertenceu ao seu conselho desde 1496, para além de ser alcaide-mor de Santarém. Verificámos que era casado com uma irmã de Tristão da Silva, D. Isabel de Meneses, sendo ambos filhos do irmão mais velho de Diogo da Silva de Meneses.

⁵¹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel I*, cap. XXII.

Esta coincidência de datas pode estar relacionada com o envio do conde de Portalegre a Castela, integrado na citada comitiva, embora não existam relatos nas crónicas que confirmem a sua participação. No entanto, refere Damião de Góis que Diogo da Silva de Meneses acompanhou D. Manuel I quando este foi receber a esposa, a Valência de Alcântara, juntamente com outros fidalgos de maior valia⁵². Está confirmada a sua ida a Castela e Aragão, na primavera de 1498, acompanhando o casal real que ia ser jurado herdeiro, tendo sido inclusivamente um dos principais nobres destacados para receber o rei D. Fernando, em Toledo, cidade onde se realizaram as cortes castelhanas.

D. Manuel I pretendia também atribuir-lhe o título de conde, intenção que já se encontrava expressa num contrato de confirmação e numa carta de privilégio a cristãos novos, documentos datados respectivamente de Julho e Agosto de 1496 e Maio do ano seguinte⁵³, e reforçada ainda em 1497, com a doação das rendas de Celorico e Portalegre, um texto onde o rei se referiu a Diogo da Silva de Meneses como conde daquela última vila, ainda que a outorga definitiva apenas tenha sido emitida a 6 de Fevereiro de 1498⁵⁴. A partir de 1496, o título de conde de Portalegre encontrava-se formalmente atribuído a Diogo da Silva de Meneses, embora subsistissem algumas dificuldades. Ao que tudo indica, e apesar da sua vontade expressa, D. Manuel I enfrentou alguma resistência por parte dos habitantes de Portalegre que pretendiam manter a vila na posse da coroa, protelando a outorga oficial durante quase 2 anos, sendo a titulação já amplamente conhecida⁵⁵.

Uma vez completadas as negociações, o rei atribuiu a Diogo da Silva de Meneses, de juro e herdade, para si e seus herdeiros, além do título, 1 milhão de reais anuais, a capitania da fortaleza, as alcaldarias mores de Portalegre e Assumar, com todos os tributos, rendas, direitos e jurisdição, as vilas de Celorico, Gouveia, São Romão, a sexta parte da montada da Serra da Estrela, Valazim, Vila Cova e a colheita de Santa Marinha, salvaguardando para a Coroa as decisões de vida ou morte⁵⁶.

A 30 de Março de 1498, o rei entregava, para perfazer parte do milhão de reais prometido, a dízima nova do pescado de São João da Foz de Matosi-

⁵² D. Pedro da Silva, comendador mor de Avis e o já referido Aires da Silva, regedor da casa da suplicação (cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel I*, cap. XXIII).

⁵³ Com confirmação a 27 de Novembro do mesmo ano (cf. *GTT*, vol. IV, pp. 172-173 e 189-194).

⁵⁴ IAN/TT, Chancelaria de D. Manuel I, l.º 31, fl. 9 v.

⁵⁵ Esta situação não era inédita uma vez que também D. Afonso V pretendia doar a vila de Portalegre a D. Sancho de Noronha, conde de Odemira, tendo de recuar nos seus intentos por oposição dos moradores.

⁵⁶ IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1 *Místicos*, fls. 93v a 94v.

nhos, o reguengo da Valada, no termo de Tomar⁵⁷ e a renda do gado da ilha de S. Nicolau de Cabo Verde⁵⁸, no montante total de 55.000 reais⁵⁹.

Outra parte significativa do património do conde de Portalegre situava-se na margem sul do Tejo, onde, desde Outubro de 1496, incluía a Torre de El-Rei, em Almada, «para nela fazer um curral de gado ou o que bem lhe apetercer»⁶⁰, e a Quinta da Marinha das Vacas, em Janeiro de 1499, estabelecendo D. Manuel I que «lhy deixe Ter aveer lograr e pessoir e fazer delle e em elle todallas bem feitorias que lhe aprouer ssem lhe em elle poerem duuida nemembargo allguum»⁶¹. A 18 de Dezembro de 1500 o rei doava-lhe a lezíria e reguengo da Valada, na vila de Tomar⁶² e, no ano seguinte, na ilha de S. Miguel as terras maninhas «em que andavam nossos gados e estavam assentados os seus ... onde caberia trinta moios de sementeira»⁶³.

Aparentemente, a exploração de gado era uma das principais actividades de Diogo da Silva de Meneses e, se não existem dados precisos para o continente, conhecemos alguns valores resultantes desta exploração nas possessões insulares, que implicava seguramente a existência de navios destinados ao transporte dos diferentes produtos⁶⁴.

Para além dos serviços prestados à Coroa por Diogo da Silva de Meneses, ao longo do última metade de quatrocentos, destaca-se o aconselhamento na prossecução do projecto asiático, considerando ter sido este nobre um dos principais interlocutores. Em Dezembro de 1495, nas cortes de Montemor-o-Novo, D. Manuel I levantou a questão dos descobrimentos, particularmente quanto à procura de um caminho marítimo para o Índico, verificou a oposição de grande parte da nobreza presente porque «... não se devia des-

⁵⁷ Em Setembro desse ano D. Manuel I doava também ao conde de Portalegre os direitos de utilização do celeiro régio do reguengo da Valada (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 39, fl. 4v.).

⁵⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1 *Místicos*, fls. 183 a 188v.

⁵⁹ *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. II, pp. 363-367.

⁶⁰ IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 39, fl. 1 v.

⁶¹ IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, *Místicos*, fl. 161.

⁶² IAN/TT, *Místicos*, liv. 5, fl. 17 v.

⁶³ Sobre esta doação subsiste a confirmação dada por D. João III ao 2.º conde de Portalegre (IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 39, fl. 46).

⁶⁴ Como donatário das ilhas de São Nicolau e São Vicente, o conde de Portalegre transportou numa caravela, a 27 de Fevereiro de 1504, um total de 7980 peles, e em Agosto do mesmo ano, 1060 peles, estas últimas proveniente apenas de S. Vicente. Esta carga estava apenas sujeita ao pagamento da dízima, uma vez que Diogo da Silva de Meneses estava isento da vintena. Vindos das ilhas, estes produtos de origem animal, como o sebo, que pela sua alta cotação permitia cobrir os custos da viagem, implicavam a posse de uma frota ou a negociação com armadores particulares que efectuassem as necessárias viagens (cf. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *S. Nicolau de Cabo Verde: Esboço da Sua História (Séculos XV a XVIII)*, Lisboa, s.d., dissertação de mestrado em História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa, apresentada na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, pp. 16-20 e 61-64; *História Geral de Cabo Verde*, coord. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, 1991, vol. I, pp. 147, 211, 216 e 219).

cobrir [a Índia] por ser estado remoto para se conquistar e preservar ...»⁶⁵. No entanto, e apesar deste parecer desfavorável, o rei retomou o grande objectivo do seu antecessor, mantendo a escolha de um Gama para capitão mor da armada, que partiu de Lisboa, no Verão do ano seguinte. Nela seguiu, Nicolau Coelho, capitão da caravela Bérrio⁶⁶. Este nobre era bisneto de Gonçalo Coelho⁶⁷ e primo como sobrinho do conde de Portalegre, trouxe a notícia do sucesso da viagem para o Reino, decorridos dois anos, por impedimento de Vasco da Gama, que ficou na ilha Terceira a cuidar do irmão, Paulo da Gama, que aí acabou por falecer.

Quando finalmente o navio de Vasco da Gama fundeu frente a Belém, o rei mandou «...a Dom Diogo da Silva de Meneses conde de Portalegre que fosse por ele com muytos fidalgos, como foy & o leuou ao paço»⁶⁸.

Concretizada a descoberta do caminho marítimo para a Índia, o conde de Portalegre surge imediatamente envolvido, uma atitude em consonância com o seu passado em que, lembramos, privara com o herdeiro do Infante D. Henrique, fora conselheiro do «Príncipe Perfeito» e «...criara & doutrinara ...»⁶⁹ o «Felicíssimo». Em 1500, participou activamente na preparação da armada cabralina, pois era um dos armadores de uma das naus privadas que a integrava. Nela encontramos novamente Nicolau Coelho que ocupava a sua segunda capitania.

Participou também na preparação desta armada D. Álvaro, primo de D. Manuel I, que armou uma nau de parceria com Bartolomeu Marchionni,

⁶⁵ *Décadas*, I, IV, I, p. 121. Damião de Góis escreveu que a opinião da nobreza era «... ficar-se polo pacifico trato da guiné e dos lugares de africa, pera ganho dos mercadores & proveito das rendas do Reyno & exercício da nobreza dele.» (cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, cap. XXIII, p. 49).

⁶⁶ Castanheda escreveu que o rei despachou com Vasco da Gama «a Paulo da gama & hu Niculau coelho ambos criados del Rey & homes pera qualquer grande feyto» (cf. *História*, I, 2, 11). Este mesmo Nicolau Coelho voltou a servir como capitão de uma nau na armada de 1500, assim como na de 1503, liderada por Afonso de Albuquerque. Sobre Nicolau Coelho vide o artigo de Sónia Marisa Rodrigues Ramos, «Nicolau Coelho: um capitão e «diplomata» ao serviço da Coroa Portuguesa nos primeiros contactos com o Índico», in *Descobridores do Brasil Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, coord. João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa, 2000, pp. 157-173. Nicolau Coelho era filho de Pedro Coelho e de D. Luísa de Goes (*Nobiliário*, IV, p. 383).

⁶⁷ Gonçalo Coelho desempenhou importante papel durante o reinado de D. João II nos assuntos referentes ao trato da Guiné, particularmente na viagem e posterior conversão do príncipe Bemoin para Portugal (cf. *Ásia*, I, iii, 7). Foi posteriormente nomeado escrivão da fazenda dos contos de Arzila (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II, Próprios*, liv. 22, fl. 60) e de Lisboa, bem como procurador na Índia (IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 24 v. e liv. 1, fl. 11). Refira-se ainda que o avô de Nicolau Coelho, Gonçalo Coelho, casou com D. Maria da Silva, filha do segundo casamento do avô do conde de Portalegre, Aires Gomes da Silva, com D. Urraca Tenório, uma dama castelhana (cf. *Nobiliário*, vol. IX, p. 384).

⁶⁸ *História*, I, xxix. Consulte-se ainda a carta enviada por D. Manuel I ao cardeal Alpedrinha, com data de 25 de Agosto de 1499, escrita aproximadamente aquando da chegada de Vasco da Gama a Lisboa (cf. DHMPP, *Índia*, vol. I, pp. 9-10).

⁶⁹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel I*, cap. xiiii, p. 34.

mercador florentino sediado em Lisboa. Esta embarcação regressou no ano seguinte à frente das outras, carregada de especiarias⁷⁰, ao contrário do navio de Diogo da Silva de Meneses, o qual se afundou, juntamente com outros, em consequência de um temporal ao largo da costa brasileira, episódio descrito por Juan Francesco de la Faitada, numa carta datada de 26 de Junho de 1501, onde referiu que um dos navios perdidos era do «... conte de Porta Alegre e de certi altri merchandanti assai.»⁷¹. Apesar deste desaire, e conforme apontámos, não é de descuidar a presença regular de embarcações, pertencentes a Diogo da Silva de Meneses ou a seus associados, nas rotas atlânticas, porque lhe eram necessárias para transportar os produtos oriundos dos seus senhorios nos Açores e em Cabo Verde, mas também porque existem duas doações régias que sugerem que o conde de Portalegre possuía instalações privadas, de armazenamento e navais, pelo menos numa das margens do Tejo.

O primeiro documento, datado de 18 de Fevereiro de 1503, consiste na doação régia de um «... chão na praia do postigo do Furadoiro ...», junto a outras edificações de sua propriedade, sendo que, «... as quais casas poderia [o conde de Portalegre] levantar como lhe aprouvesse deixando arcos por baixo despejados para serventia do povo. E a altura dos arcos seria de maneira a que se pudessem meter debaixo deles barcos.»⁷². No segundo documento, emitido a 26 de Novembro do mesmo ano, o rei permitia que Diogo da Silva de Meneses ampliasse a área construída na mesma praia, localizada perto de Alfama⁷³.

Podemos assim considerar que o matrimónio que uniu D. João da Silva, primogénito do conde de Portalegre, a D. Maria Manuel, ainda que concretizado apenas no verão de 1505, ou seja, mais de um ano depois da morte

⁷⁰ O relato desta chegada encontra-se nas cartas de Juan Francesco de la Faitada e de Pisani, em que o primeiro refere que D. Álvaro tinha por «... compagna... Bartolo fiorentino et Hieronimo et um genovese...» (cf. Jaime Cortesão, *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, documentos, pp. 173-178. Consultar igualmente sobre a comunidade de mercadores de origem italiana que se instalaram em Portugal, Prospero Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV et XVI*, Genova, 1907, Stabilimento tipografico Ved. Papini e Figli e o artigo de João Paulo Oliveira e Costa, A armada de Pedro Álvares Cabral, significado e protagonistas, in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, coord. João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa, 2000, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, pp. 11-70.

⁷¹ Jaime Cortesão, *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, documentos, pp. 173-175.

⁷² IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 4.

⁷³ Neste documento D. Manuel I autorizava ao conde de Portalegre e sua esposa a construção de mais casas no seguimento das já existentes, «... todas as que lhes aprouvessem quão altas quisessem (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 21, fl. 5 v.). Ver a propósito a imagem publicada na Nova *História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Do renascimento à crise dinástica*, coord. de João José Alves Dias, Lisboa, 1998, p. 192, fig. 5, que representa casas junto a uma praia com as características referidas nos documentos mencionados anteriormente.

de Diogo da Silva de Meneses, ocorrida a 30 de Fevereiro de 1504⁷⁴, uniu duas linhagens que beneficiavam amplamente do favor régio, partilhavam da confiança do rei e detinham, por essa via, interesses comuns, inclusivamente no que concerne ao comércio atlântico e asiático.

A duradoura relação pessoal entre o rei e Diogo da Silva de Meneses, consubstanciada por longos anos de lealdade e acompanhamento, associada ao sucesso dos empreendimentos manuelinos, justificam amplamente a criação e outorga do condado de Portalegre a um filho terceiro de uma linhagem antiga, mas de média nobreza.

Consideramos ainda ter ficado estabelecido o empenhamento pessoal do conde de Portalegre no processo dos descobrimentos, pelo menos, a partir do reinado de D. João II, tendo feito parte, desde então, do pequeno grupo de nobres que pugnaram pela viabilidade desse projecto e beneficiaram com a sua concretização.

Intervenções da linhagem de Diogo Gomes da Silva na Índia

O parente mais próximo do conde de Portalegre a embarcar para a Índia foi seu sobrinho Tristão da Silva, filho segundo de Afonso Teles de Meneses, o qual partiu na armada de 1504 ao comando de uma nau já depois da morte do tio⁷⁵.

Tristão da Silva concretizou em 1508, uma segunda viagem, também ao comando de uma nau, fazendo parte de uma armada capitaneada por Jorge de Aguiar⁷⁶. A 15 de Abril de 1512, D. Manuel I atribuiu-lhe privilégio de fidalgo⁷⁷. Faleceu em 1515, na expedição de Mamora, para onde foi com D. António de Noronha, futuro conde de Linhares, que tinha por mandato régio ali construir uma fortaleza⁷⁸.

Luís da Silva, o primogénito de Tristão da Silva e sobrinho neto de Diogo da Silva de Meneses, serviu no Norte de África e foi capitão em Tânger, tendo entretanto morrido em Larache, no final da centúria de Quatrocentos⁷⁹.

⁷⁴ Segundo Braamcamp Freire, Diogo da Silva de Meneses deixou o rei por seu testamenteiro e foi sepultado, segundo ordem sua, no convento de Sto. Elói, em Lisboa (cf. *Brasões*, II, p. 24).

⁷⁵ Tristão da Silva partiu na armada liderada por Lopo Soares de Albergaria, capitaneando a nau Madalena (cf. *Relação*, p. 16).

⁷⁶ João de Barros foi bastante explícito, referindo que era filho de Afonso Teles de Meneses e primo do 2.º conde de Portalegre (cf. *Relação* I, p. 20; *Ásia*, II, iii, 1; *Lendas*, I, vii, pp. 982-995). Ver também uma carta, datada de 19 de Agosto de 1509, que relata a chegada de Tristão da Silva a Moçambique (cf. *GTT*, vol. V, pp. 289-299).

⁷⁷ IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 7, fl. 31.

⁷⁸ *Pedatura*, tomo II, vol. 2, p. 187; Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, vol. III, cap. lxxvi, pp. 274-275.

⁷⁹ Luís da Silva, primogénito de Tristão da Silva, foi casado com D. Maria Brandão, filha de João Brandão, feitor na Flandres (cf. *Nobiliário*, IX, p. 411).

Pelo menos dois dos filhos de Rui Gomes da Silva⁸⁰, irmão mais velho de Tristão da Silva, seguiram o destino asiático do tio, destacando-se entre estes sobrinhos netos do conde de Portalegre, António da Silva, alcaide-mor do Alegrete, que, em 1522, recebia a «... capitania e feitoria de uma nau que a de andar entre Cochim e Cambaia ...»⁸¹, e Pedro da Silva, de alcunha «o cafre», que partiu para a Índia como capitão da nau Santa Catarina do Monte Sinai, na armada de 1519, liderada por Jorge de Albuquerque⁸².

No início de 1520, Pedro da Silva navegava na companhia do governador, Diogo Lopes Sequeira, capitaneando um dos 10 «navios grossos» que integravam a armada de 24 velas, destinadas, segundo Castanheda, à cidade de Judá⁸³. Pedro da Silva foi novamente capitão de um navio, em 1521, na grande armada que o governador enviou para pressionar Diu e, no início do ano seguinte, seguiu com Diogo Lopes Sequeira para Ormuz, onde o mesmo pretendia edificar uma fortaleza⁸⁴.

Surgem ainda neste contexto dois outros fidalgos, aparentados com a família do conde de Portalegre, que se destacaram no Índico. O primeiro, Francisco de Sousa, «o Mancias», foi cunhado de Tristão da Silva⁸⁵ e completou, pelo menos, duas viagens à Índia. Em 1509, partiu como capitão da nau São Boaventura, integrada na armada do marechal D. Fernando Coutinho⁸⁶ mas, após a morte deste, incompatibilizou-se com Afonso de Albuquerque aquando da construção da fortaleza de Goa e regressou ao Reino⁸⁷. Realizou uma segunda viagem em 1516, igualmente como capitão de uma das três naus da armada liderada por D. João da Silveira⁸⁸.

⁸⁰ Felgueira Gayo refere um terceiro, homónimo do pai (Rui Gomes da Silva) que terá falecido na Índia (cf. *Nobiliário*, IX, p. 387)

⁸¹ *Registo*, I, p. 16; refira-se que uma filha sua, D. Maria de Meneses, casou com um dos veteranos da carreira da Índia, António de Saldanha (cf. *Nobiliário*, IX, p. 399).

⁸² *Relação*, p. 34.

⁸³ *História*, V, xxiii; *Ásia*, III, iii, 10. Castanheda identificou Pedro da Silva como irmão de Afonso Teles de Meneses, homónimo do senhor de Campo Maior e Ouguela, embora se trate notoriamente de um seu sobrinho neto. O mesmo cronista relata um episódio em que Pedro da Silva, correndo perigo de se afundar com seu navio, num temporal ao largo de Ormuz, pretendeu levar num dos batéis que eram poucos «só dando para os fidalgos», uma «arca encoirada» que, segundo Jerónimo de Sousa, «pesava por três homes». Este fidalgo impediu que Pedro da Silva embarcasse a arca e aquele recusou-se a entrar no batel, preferindo enfrentar a intempérie na galé; foi nisso acompanhado por seu primo Manuel Galvão, filho de Duarte Galvão e ambos se salvaram (cf. *História*, V, xxxii; *Ásia*, III, iii, 8-9).

⁸⁴ *História*, V, xlviii e lii.

⁸⁵ Francisco de Sousa «Mancias», cavaleiro e escrivão do almoxarifado e alfandega de Lagos (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 9, fl.12 e liv. 23, fl. 50), casou com D. Antónia de Menezes, irmã de Tristão da Silva; com este matrimónio tornou-se também cunhado de D. João Manuel, camareiro-mor de D. Manuel I, casado com D. Isabel de Menezes, e referido anteriormente neste texto (cf. *Nobiliário*, IX, p. 387)

⁸⁶ *História*, II, cxxi.

⁸⁷ *História*, III, xiii.

⁸⁸ Segundo Castanheda, as restantes naus eram capitaneadas por António de Lima e pelo próprio capitão-mor, tendo naufragado uma delas nos baixios de São Lázaro, em Moçambique (cf. *História*, IV, xxv).

Vicente Pegado foi outro dos fidalgos com várias prestações de serviço na Índia, que encontramos casado com uma sobrinha neta do conde de Portalegre, D. Ana ou D. Catarina de Meneses, filha de Pedro da Silva de Meneses, alcaide-mor de Elvas⁸⁹.

Existem muitos outros fidalgos dos diferentes ramos de apelido Silva aparentados com a linhagem de Diogo da Silva de Meneses, com participações em armadas destinadas ao Índico, não mencionados neste estudo, limitado aos parentes mais próximos e destacados, durante o reinado de D. Manuel I.

Conclusão

Ao propormos que o conde de Portalegre desempenhou um papel primordial na continuidade da política ultramarina entre o «Príncipe Perfeito» e o «Felicíssimo», sustentamos que, na génese desta relação se encontra também a prolongada ligação com a casa do infante D. Fernando e, depois da morte deste, D. Beatriz, sua viúva e mãe de D. Manuel I.

No entanto, foi de certo modo, afortunadamente, que Diogo da Silva de Meneses protagonizou a transição da tradição de quatrocentos para o século XVI, certo de que a protecção divina destinara ao duque de Beja, seu pupilo e futuro D. Manuel I, não apenas o trono, mas o início de um novo período de prosperidade e projecção da cristandade no mundo. A relação afectiva entre o futuro conde de Portalegre e o jovem D. Manuel permitiu que a este último fosse inculcida uma visão messiânica, que caracterizou o posterior reinado manuelino⁹⁰, assegurando simultaneamente que nela constassem os elementos chave do projecto imperial, forjado por D. João II.

Neste contexto, compreende-se ainda o interesse particular do conde de Portalegre na navegação atlântica, resultante da exploração de gado e outros bens nas ilhas açorianas e do arquipélago de Cabo Verde a merecerem destaque, actividade que, a partir de 1500, se alargou à rota asiática, conforme demonstra a sua participação na armada desse mesmo ano.

Note-se, no entanto, a escassez de parentes próximos do condado de Portalegre directamente empenhados na carreira da Índia. Os existentes surgem tardiamente, já após a morte de Diogo da Silva de Meneses, quando o condado passou para o seu primogénito D. João da Silva. O Norte de África permaneceu assim o lugar de eleição para os mais destacados membros da

⁸⁹ Pedro da Silva de Meneses, alcaide-mor de Elvas, recebeu este senhorio pelo seu segundo casamento com D. Isabel da Silva, filha de Rui de Abreu, detentor do cargo (*Nobiliário*, IX, p. 386).

⁹⁰ Luís Filipe F. R. Thomaz, «L'Idée Imperiale Manueline», in *La Découverte de Portugal et l'Europe*, Actes du Colloque, (Paris, 1988), Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Société Française d'Histoire du Portugal, Paris, 1990, pp. 35-103.

